

Resposta à crítica da Rita Martins no Público de 19 de Janeiro de 2010 ao espectáculo Maria Mata-os.

Ponho aqui esta resposta a uma crítica que saiu hoje no Público ao espectáculo «Maria Mata-os», que está ainda em cena no Teatro Maria Matos (até amanhã) por achar que este site acolhe conversas e pensamento crítico acerca das coisas de Lisboa. Eu sei que é mais ou menos um sacrilégio responder aos críticos, que se fica mal visto, etc, mas como há cada vez menos crítica e críticos no espaço público, pareceu-me útil e construtivo contribuir humildemente com este texto para que a comunidade não se extinga, alimentando, precisamente o espírito crítico.

Ora aqui vai:

Diz a Rita Martins no público, em tom depreciativo, que para a companhia Primeiros Sintomas, «filhos do teatro independente», a revista é uma velha avó «que não conheceram, mas de que ouviram falar.» Ora, esta é, provavelmente a única frase acertada da sua crítica. Nós somos da geração em que a revista à portuguesa é um adjetivo e não um substantivo. A revista para nós é revisteira. E logo a seguir, a Rita Martins diz; «apesar da pesquisa realizada, esquecem-se que a avó não queria ser disparatada, teria brio, uma razão de ser, uma construção sólida. Ou, então, seria preferível deixá-la descansar em paz.» Aqui, é que, a meu ver, a Rita Martins falha na sua leitura, ao mesmo tempo que se esquece dos parentes mais interessantes da revista em geral (e não da portuguesa em particular), as soireés Dadas cujo principal brio consistia justamente no disparatado da sua proposta. E se para nós a revista é o revisteiro, se é isso que vemos na televisão e foi isso que vimos no parque Mayer (e este espectáculo não se compreende a não ser à luz de como encontrámos a revista no Parque Mayer), o ponto aqui é definir o que é ser revisteiro.

Ser revisteiro por exemplo, é ser consensual, é fazer uma crítica social em relação à qual toda a plateia está de acordo. A revista fez sempre isso. A revista nunca pôs nada em causa. Até no tal tempo tão saudoso da ditadura em que se diz que a revista enganava a censura, isso era mentira. A censura deixava passar, desde que não «abusasse», porque a revista ocupava um espaço de descompressão que convinha bastante ao sistema que a sabia inofensiva e apolítica. E a revista nunca abusou. Aqui sim, não quisemos seguir as pisadas da revista. Os actores vestiram-se de revisteiros para tratar de temas que não são consensuais. A Rita Martins preferia, por exemplo, que os actores aproveitassem o momento para fazerem a defesa da sua classe. Evidentemente que seria muito mais consensual falar dos artistas intermitentes do que da questão dos direitos de autor. E que a Rita Martins ainda por cima não percebeu que o malogro da lei dos direitos de autor ultrapassa em muito a escala do pagamento-de-direitos-de-autor-por-parte-de-uma-companhia-para-levar-à-cena-uma-peça e se prende muito mais directamente do que ela quer imaginar com a actual deriva generalizada do trabalho em relação à produção imaterial. A questão dos direitos de autor tem a ver com a maneira como se olha para o trabalho em geral e o trabalho cognitivo em particular, e isso afecta-nos a todos, e à Rita também, que é jornalista. E seria também muito mais consensual falar dos buracos orçamentais de Lisboa, como a Rita também sugere, sem se lembrar que falar de tapar buracos é sempre falar de reformas e nunca questionar os fundamentos das coisas, o modo como a cidade se administra (e não são as sugestões do Richard Florida um modelo de administração?)

Mas o ponto fundamental do nosso espectáculo foi o questionamento das formas; não no sentido de propor uma revista dentro da «estética contemporânea», ou a «renovação da revista», e nem sequer a «revisitação» do género, como diz a Rita Martins. Este espectáculo questiona, a meu ver, a «forma» do bom gosto – sim,

porque há uma «tirania» do bom gosto, e dentro dela maus gostos que se aceitam, como o kitch ou o trash e outros que constroem, que não conseguimos suportar – e põe a nu o vazio do discurso da «qualidade», e tenho pena que a crítica (a que resolveu ficar calada e a que falou) não tenha visto isto, que me parece tão evidente. Porque «revisitar» a revista é mexer nesse constrangimento, nesse mau gosto de que nos distanciamos, e usá-lo como coisa válida para questionar os seus próprios limites enquanto ferramenta de poder distintivo (mais do que discutir se falou disto ou daquilo, se é menos moralizante ou mais moralizante; é que esta «tirania» é um dos dispositivos mais moralizantes de todos).

Todo o nosso processo de «usar» a revista foi isto: lidar com duas formas que estão fechadas sobre si e cristalizadas – a estética da revista e o discurso sobre a estética do que é contemporâneo. Porque também há uma estética do que é contemporâneo bastante mais ligada do que ela própria é capaz de pensar à sua circulação em festivais, à sua maior ou menor capacidade de agradar a programadores, e isto vai desde a escolha da fotografia do cartaz, à escolha do guarda-roupa, a decisões relativas à própria maneira de fazer as coisas e de idealizar o trabalho.

Por isso, quando a Rita Martins diz que foi uma oportunidade perdida, eu pergunto: oportunidade perdida para quê? Para compreender esta afirmação releio a crítica e apercebo-me que toda ela está construída para chegar a esta conclusão. Treze linhas em oitenta e uma, logo no início, a enumerar o que os encenadores fizeram no ano anterior: Brecht, Beckett, Ibsen e Strindberg, fala-se em expectativas, utiliza-se a expressão «trabalhos notáveis» e, para este trabalho, «proposta inusitada». Como se, segundo uma argumentação valorativa da primeira à última linha (e fosse a atribuição de valor a única maneira de falar de espectáculos, ficarnos-ia ainda a questão de quais os parâmetros dessa atribuição de valor) os trabalhos passados destes encenadores não permitissem uma coisa destas, de tão pouca qualidade. Ora, nós fugimos a sete pés de fazer uma «revista de qualidade». Isso seria um grande disparate. A meu ver foi uma oportunidade ganha porque de algum modo tocámos nesse grande constrangimento de que falei há pouco. Essa vergonha alheia. Foi uma oportunidade ganha no sítio certo, porque foi no coração da reflexão que neste momento se faz em Lisboa sobre a maneira de pensar e fazer teatro contemporâneo (e já vimos que contemporâneo também pode ser uma pressão), e no tempo certo, porque assistimos cada vez mais à pressão das programações com selo, ditas de «qualidade». Essas sim, sobre as quais os críticos só conseguem dizer dos actores que vão bem ou mal, e dos encenadores, que se afirmam ou desafirmam enquanto promessas que são ou enquanto pilares da «qualidade» e do «bom gosto». E é neste aspecto que o nosso projecto de fazer «uma revista» teve um carácter extremamente político. Porque é lógico que a programação de um teatro municipal não se devia reger pelos padrões de qualidade (tão enfadonhos que são) mas sim pelos padrões de pesquisa, experimentação, vontade de participar na cidade, porque a arte não é outra coisa senão isso. E queria a Rita Martins que os actores se fossem queixar para cima do palco, em tom revisteiro, da segurança social. O título óbvio da crítica da Rita Martins é «Maria mata o quê?». O espectáculo não respondeu a essa pergunta óbvia e Rita termina a sua crítica obviamente, idealizando uma revista briosa com razão de ser e construção sólida que terá em tempos existido (terá mesmo?) para logo a seguir se rogar ao direito (moralizante) de dizer que se devia ter deixado a revista descansar em paz.

No movimento da vénia, quando os actores se curvam no fim do espectáculo, não estão a agradecer os aplausos, estão a dar o pescoço, estão a dar o corpo ao manifesto. A Maria pode ser o público. Pode ser a Rita Martins, que nos mata.

Porque outra coisa quase, quase proibida é criticar críticos.

Miguel Castro Caldas